

Eleições presidenciais e política externa brasileira¹

Presidential elections and Brazilian foreign policy

Dawisson Belém Lopes²

Carlos Aurélio Pimenta de Faria³

Tradicionalmente relegada ao segundo plano das disputas eleitorais, a política externa começou a figurar, nas últimas duas décadas, como elemento importante do temário de candidatos à Presidência da República no Brasil. Se, em meados dos anos 1980, ouvia-se de um ilustre congressista brasileiro, em tom de galhofa, que “o Itamaraty só dá voto no Burundi”,⁴ agora a história parece outra. A hipótese que trazemos à voga neste ensaio é a seguinte: a política externa ganhou saliência na medida em que o eleitor médio passou a fazer conexão direta entre os resultados alcançados pelo governante incumbente nas relações exteriores do país e a sua sensação de bem-estar pessoal. Vai ficando mais nítida, ademais, a diferenciação normativa, também no campo das relações exteriores, entre os dois partidos políticos com projetos e recursos para conquistar o Executivo federal brasileiro – o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O presente texto está assim estruturado: na sequência imediata, faremos rápida visita à literatura acadêmica, de modo a apresentar, ainda que sumariamente, o estado da arte; na segunda parte, resgataremos, brevemente, a cronologia das disputas eleitorais sob a Nova República, enfatizando momentos e tópicos de política externa que abasteceram as discussões; mais ao fim do capítulo, proporemos reflexão sobre a eleição presidencial de 2014, buscando entender os motivos que levaram a candidata Dilma Rousseff a menosprezar, em sua campanha à reeleição, as matérias de política externa e seguir, aparentemente, uma direção oposta à que se poderia predizer, dados o fluxo histórico recente e as possibilidades evidentes de exploração política do legado diplomático de Lula da Silva.

A conexão pública da política externa.....

Se a democratização é a participação da população, e não apenas de setores específicos desta, na composição da agenda de política externa, vale lembrar a observação de Richard Sobel (2001, p. 234), para quem “os maiores efeitos da opinião pública manifestam-se tipicamente sob a forma de constrangimento [ao tomador de decisão], e não sob a forma de proposição política”. Como assinalam Lawrence Jacobs e Benjamin Page (2005), há na literatura bons trabalhos atestando que a política externa de um Estado

1. O presente ensaio incorpora partes da discussão feita na cidade de Ca-xambu (MG), em outubro de 2014, por ocasião do 38º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, na mesa-redonda “Eleições presidenciais e política externa brasileira”, da qual fizeram parte, além dos autores deste texto, os professores Fabiano Santos (IESP-UERJ) e Janina Onuki (IRI-USP).

2. Professor Adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2, triênio 2015-18) e Pesquisador Mineiro da FAPEMIG (PPM, biênio 2014-16), doutor em ciência política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

3. Possui graduação em História, Bacharelado e Licenciatura, pela Universidade Federal de Minas Gerais (1990), mestrado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ (1992) e doutorado em Ciência Política pelo IUPERJ (1997).

4. O jornalista Elio Gaspari (2010) atribui ao deputado federal Ulysses Guimarães (PMDB-SP) a autoria da frase.

Recebido em:

22 de agosto de 2014

Aprovado em:

25 de setembro de 2014

democrático costuma mudar na mesma direção pretendida pela opinião pública (conforme aferida pelas pesquisas de opinião). Contudo, os mesmos autores observam, por meio do tratamento de dados primários, que os elementos empíricos são, na verdade, ambivalentes e inconclusivos acerca da suposta relação. Ao apresentarem os resultados da pesquisa por eles conduzida nos Estados Unidos, comentam: “estes achados (...) contrariam toda a pesquisa prévia que encontrava impactos substanciais da opinião pública [sobre a produção da política externa]” (p. 117).

De uma perspectiva institucional, Morris Fiorina (1981), em análise do panorama eleitoral estadunidense nas décadas de 1950, 1960 e 1970, chama a atenção para a dificuldade de perceber, sob a ótica do cidadão comum, uma linha de continuidade entre as decisões de política exterior de um governo e os seus resultados práticos. O recorte temporal aqui é relevante, uma vez que compreende período bastante “agitado” em termos de relações exteriores dos Estados Unidos da América – com o acirramento da Guerra Fria, a guerra da Coreia, a crise do Suez, a crise dos mísseis em Cuba, a guerra do Vietnã, o primeiro choque do petróleo, entre outros episódios e processos. O autor considera, por exemplo, a redução da dependência estadunidense de petróleo estrangeiro como uma questão de política externa digna de preocupação pública, embora com finalidades múltiplas.

Assumindo como premissa a tendência de o eleitor médio, para decidir o seu voto, basear-se nos resultados atribuídos a uma política (e não na análise prospectiva dos méritos de uma proposta), Fiorina (idem) hipotetiza haver baixa correlação entre desempenho na condução da política externa e escolha eleitoral. Dado o impacto amplo e pulverizado das ações de política externa de um governante, decorre – até de forma não deliberada – baixa accountability da política externa.

Em sociedades complexas, diversificadas e populosas como as contemporâneas, Robert Dahl e Edward Tufte (1973) admitirão a importância da delegação de competências como mecanismo de incremento da representação política e de descentralização do poder. Com a vida nos grandes conglomerados urbanos, tornou-se praticamente inviável a participação dos indivíduos na deliberação sobre as coisas da cidade (pois isso demandaria um enorme investimento de tempo de cada cidadão para familiarizar-se com as gigantescas e sofisticadas estruturas institucionais governativas). Tal circunstância tem transformado a experiência política do homem moderno, de um modo geral, e a capacidade de acompanhar as decisões da política externa do Estado, mais especificamente, em tarefas cuja execução fica confiada aos profissionais da política institucionalizada.

Sintomaticamente, fazendo eco à controvertida tese do desinteresse parlamentar e do eleitor pela política externa brasileira, declarou em entrevista um alto congressista brasileiro – o senador da República Jefferson Péres (PDT-AM) – que o papel do Legislativo na interpelação e no controle da agenda da PEB “é ritualístico, e praticamente fica [apenas] nisso” (O DEBATEDOURO, 2004, p. 9). O deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ) apontou, de modo ainda mais explícito, essa percepção da baixa relevância dos temas internacionais para a dinâmica parlamentar: “política externa no Brasil não dá nem tira um mísero voto” (Folha de

S.Paulo, 25.09.2009, p. A2). Simone Diniz e Cláudio Ribeiro (2008) notam outro fenômeno, bastante típico do nosso presidencialismo: a avalanche de medidas provisórias à espera da apreciação do Congresso Nacional. Tais medidas, que têm precedência sobre as demais propostas de lei, “trancam” a pauta do Poder Legislativo, isto é, impedem que congressistas se dediquem aos atos internacionais do Estado brasileiro, visto que devem antes resolver o que for institucionalmente prioritário. Isso explica, em boa medida, tanto os descartes de projetos de decretos legislativos quanto a lentidão com que são analisados/aprovados.

Reconhecida a distância da população em relação aos temas internacionais no Brasil (PINHEIRO, 2004; CERVO E BUENO, 2002), tornar-se-ia compreensível a renúncia a discussões de política externa. Afinal, se o capital cívico do brasileiro médio já é comparativamente baixo (CARVALHO, M.A., 2002; CARVALHO, J.M., 2003; ALMEIDA, 2007), pior ainda será a posição relativa da política externa no universo das políticas públicas do Estado (no que diz respeito à capacidade de despertar interesse cívico).

Dahl (2001), porém, nota que a articulação é um pouco mais complexa. Examinando a literatura sobre a relação entre assuntos exteriores e controle popular, o autor percebe que a hipótese “simples”, elaborada na década de 1950, por Gabriel Almond – segundo a qual a política externa está muito distante das vidas ordinárias dos cidadãos, o que explicaria os baixos níveis de participação e controle democrático – merece, com o benefício dos estudos mais recentes, alguma revisão. O autor aposta numa versão incrementada daquela hipótese de Almond (1956), admitindo que os cidadãos comuns poderão, em algumas ocasiões, desempenhar papel ativo na produção da política externa. Dahl registra, contudo, que, em regra, empiricamente, a política externa comove menos que outras políticas públicas em Estados democráticos – o que poderia corroborar, ao menos parcialmente, a hipótese da apatia política. Permanece em aberto, todavia, quais seriam as tais circunstâncias capazes de demover a população da condição apática, motivando a sua participação, ainda que irregular, na configuração das decisões referentes à política externa do Estado.

A adaptação de Dahl (2001) à tese original de Almond (1956) é consistente com a proposição de Simone Diniz e Cláudio Ribeiro (2008) de que os membros do Congresso Nacional brasileiro tenderão a envolver-se reativamente com os assuntos da PEB, ou seja, à proporção que eles ganharem ressonância na sociedade. Alguns episódios recentes, pertinentes às relações internacionais do Brasil, movimentaram intensamente a opinião pública nacional e acabaram, por conseguinte, sendo incorporados à agenda de determinados congressistas: a controvérsia entre a empresa brasileira Embraer e a canadense Bombardier, levada à alçada da Organização Mundial do Comércio, em 1999; o envio de tropas brasileiras para o Haiti, em 2004, e as sucessivas renovações do mandato da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), liderada pelo Brasil; o ingresso da Venezuela como membro pleno do Mercosul, anunciado em 2005 e oficializado em 2012; a ocupação militar da sede da Petrobrás na Bolívia, em 2006; o abrigo concedido ao presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya, na embaixada brasileira em Tegucigalpa, em

2009; a fuga do senador boliviano Roger Molina para o Brasil, em 2013; a troca de farpas, via imprensa, entre o porta-voz da chancelaria de Israel, Yigal Palmor, e o ministro de relações exteriores do Brasil, Luiz Alberto Figueiredo, em 2014, dentre outros.

Provisoriamente e de forma resumida, admite-se como razoável a seguinte correlação: a saliência de que se reveste uma questão específica de política externa brasileira determinará a mobilização do público e, por extensão, de seus representantes institucionais. Parece impossível, no entanto, precisar, de antemão, qual tipo de assunto será capaz de tirar o público da sua condição costumeiramente apática. Tampouco se explica com facilidade a equação multifatorial que resultará no juízo societário de que um tema específico da política externa brasileira é (ou não) relevante politicamente.

Assim caminha a Nova República

Política externa tornou-se tópico eleitoral no Brasil desde a transição para a democracia, na segunda metade dos anos 1980. É bem verdade que, na eleição indireta que levou Tancredo Neves à vitória – e José Sarney ao Palácio do Planalto –, não houve traço de discussão social sobre questões internacionais. A preocupação com o mundo exterior só se evidenciou – passando a compor, ainda que de maneira secundária, a plataforma eleitoral dos candidatos à Presidência da República – em 1989, na eleição que contrapôs, no segundo turno, Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva. Antes desse enfrentamento, porém, já havia indícios de alguma “internacionalização” da disputa: durante a campanha, Leonel Brizola esteve em Paris para encontrar-se com François Mitterrand; Paulo Maluf foi a Washington, de olho no apoio do ex-presidente Ronald Reagan; Lula, além de visitar a França e os Estados Unidos, também esteve na União Soviética e na China; Collor, que realizou longa viagem ao exterior, passou em três semanas por seis países europeus. Diante de um numeroso eleitorado católico, todos os presidenciáveis realizaram uma parada obrigatória no Vaticano – divulgando, em seguida, foto com o papa João Paulo II (CASARÕES, 2014). Ou seja: algum respaldo externo parecia ser um capital eleitoral unanimemente valorizado pelos candidatos na primeira disputa presidencial competitiva após um regime militar que tanto havia se esmerado na construção de um nacionalismo isolacionista.

No primeiro processo eleitoral direto da Nova República, estiveram sobre a mesa dois grandes temas com interface internacional: a monumental dívida externa brasileira e a devastação do estoque de biodiversidade da Amazônia (concebida por uma miríade de atores sociais como patrimônio ambiental global). Com o benefício da perspectiva histórica, Guilherme Casarões (2014) é quem avança tese instigante sobre o período Collor: segundo o autor, o então candidato à presidência teria claramente se beneficiado desse movimento de “exteriorização” da agenda política, associando a noção de “autonomia nacional” a uma retórica “modernizante”, em sintonia com as últimas tendências e práticas dos países desenvolvidos do Norte Global.

Após o impedimento constitucional de Collor em 1992, a que se seguiu a breve e introvertida – em termos diplomáticos, pelo menos – presidência de Itamar Franco, novas eleições seriam conduzidas em 1994, na esteira da estabilização monetária e das discussões acerca das amplas reformas estruturais do Estado brasileiro, tidas como imprescindíveis. Ganhou a disputa, em primeiro turno, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, acadêmico e político de larga experiência internacional, com passagens prévias pelas chefias do Itamaraty e da Fazenda. Como a questão macroeconômica dominou o debate presidencial, poder-se-á argumentar que a política externa acabou lateralizada naquele pleito. Cardoso, que também seria reeleito em primeiro turno, no ano de 1998, pôde desenvolver ao longo dos anos a “persona” do diplomata militante, bem-relacionado e prestigiado nos altos círculos do poder. Exata ou não, essa imagem certamente terá sido instrumental para as vitórias por ele obtidas sobre o desafiante Lula da Silva, do PT – cuja capacidade de representar o Brasil nos fóruns internacionais ainda despertava dúvidas em setores mais conservadores e/ou preconceituosos do eleitorado.

Com base na suposta dificuldade de Lula em encarnar a figura do chefe de Estado, José Serra, candidato à Presidência da República pelo PSDB em 2002, buscou desconstruir o adversário, impondo-lhe a pecha de homem simplório – e, por extensão, inapto ao exercício da diplomacia presidencial. Os programas eleitorais da coligação “Grande Aliança” (encabeçada por PSDB e PMDB) apresentavam Serra como gestor público reconhecido pela comunidade internacional, quer ressaltando os seus feitos como ministro da Saúde do governo anterior, quer explorando a “diplomacia do prestígio” do presidente Cardoso. Aquele arraigado temor de que Lula, uma vez presidente, romperia com o Fundo Monetário Internacional e daria calote na dívida externa brasileira, dissipou-se gradualmente, à medida que os debates eram travados nas redes de televisão. A chamada “Carta aos Brasileiros” seria o ponto culminante da estratégia petista de busca de conciliação com o mercado financeiro e com o empresariado nacional, que brevemente viriam a ganhar significativo espaço em seu governo. Curiosamente, um dos alvos preferenciais da candidatura de oposição foi justamente a diplomacia presidencial do governo incumbente. Dizia Lula em 2002 que, se eleito, dedicaria a maior parte de seu tempo a viagens no interior do Brasil, numa crítica à alegada obsessão de Cardoso pelas viagens internacionais. Felizmente, tratava-se de bravata eleitoral, como o tempo se incumbiria de mostrar (BELÉM LOPES, 2002).

Lula da Silva, candidato à reeleição em 2006, teve como principal desafiante Geraldo Alckmin, do PSDB. Já habituado à liturgia do cargo e à rotina da diplomacia presidencial, Lula não deixou de abordar a política exterior ao longo da sua campanha. Num movimento talvez inédito na história do horário gratuito de propaganda eleitoral, dedicou-se o programa de televisão da coligação “Com a Força do Povo” (PT e aliados), no dia 7 de setembro de 2006, à discussão da inserção do Brasil no mundo. Naquele icônico aniversário da Independência Nacional, os estrategistas lulistas entenderam por bem investir em política exterior – objetivando, naturalmente, os dividendos eleitorais que poderiam advir. Também é

significativo mencionar que, durante os debates entre candidatos promovidos por emissoras de TV, tópicos de diplomacia vieram à baila, nomeadamente a questão da Bolívia e a manobra de nacionalização de uma sede da Petrobrás em La Paz, em maio de 2006, seguida pela renegociação dos preços do gás natural boliviano pagos pelo Brasil. Nada que pudesse, contudo, alterar os destinos do pleito. Lula foi reeleito, em segundo turno, com confortável vantagem de 20 pontos percentuais sobre o seu oponente (BELÉM LOPES, 2013).

Na eleição presidencial de 2010, o desafiante José Serra (PSDB) logo tratou de apontar as relações de proximidade entre o governo incumbente e o maudit presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad, bem como a tolerância de Brasília com as violações de direitos humanos cometidas em Havana e Caracas. O candidato a vice-presidente na chapa de Serra, deputado Índio da Costa (DEM-RJ), denunciou, por sua vez, a atuação de narcotraficantes sul-americanos através de nossas fronteiras nacionais. Tudo isso em vão. Com o beneplácito de Lula, venceu Dilma Rousseff, ex-ministra da Casa Civil, filiada ao PT. No entendimento de boa parte dos analistas, a política externa da primeira década do século XXI era antes motivo de orgulho nacional – e erravam os opositoristas ao ressaltarem o tema. Inadvertidamente, ou contribuíam para que um trunfo lulista ficasse ainda mais em evidência (COIMBRA, 2010), ou desperdiçavam os recursos da campanha com assuntos que não tinham capacidade de alavancar a concorrência (GASPARI, 2010). Lula, de sua parte, ao promover a candidatura daquela que ele apontou e advogou como sua sucessora, foi incansável no propagandeamento do que via como os principais trunfos dos seus oito anos de governo: a redução das desigualdades e da pobreza no país e o novo e inaudito prestígio internacional conquistado por uma política externa “ativa e altiva”. Parece possível sugerirmos, assim, que na disputa presidencial de 2010 a política externa foi quase onipresente, mesmo não tendo sido debatida para além dos estereótipos e dos chavões.

Entre a discrição e a inapetência

Dilma Rousseff, depois de eleita, preservou, como é amplamente reconhecido, as principais diretrizes da política exterior de seu antecessor, ainda que abolindo o termo “diplomacia presidencial” do vocabulário corrente na nação. Contudo, quando da disputa por um segundo mandato, em 2014, a política externa deixou de ser encarada como um trunfo, tornando-se, como argumentaremos adiante, um outro campo de políticas públicas. Isso para não mencionar a gestão macroeconômica, que se prestaria a acusações graves, as quais colocariam o governo petista na defensiva.

Em 2014, Aécio Neves, presidenciável do principal partido de oposição ao governo – o PSDB –, concedeu, em documento que lançava as bases de sua campanha, três parágrafos à política externa. O senador mineiro ressaltou o compromisso com uma “diplomacia da prosperidade”, fortemente baseada em alianças comerciais com EUA, Europa e asiáticos e numa volta à tradição de pragmatismo do nosso Ministério do Exterior. Ao convocar diplomatas para o centro do processo decisório da política

externa, fez lembrar o seu avô Tancredo, para quem o Itamaraty era uma “unanimidade nacional”. As ideias encontraram eco em artigo de Fernando Henrique Cardoso (O Estado de S.Paulo, 05/01/2014). Na peça, o ex-presidente apropriou-se do mote da “política externa sem ideologias” para combater o viés que Lula e Rousseff teriam conferido à diplomacia brasileira ao longo dos anos de governo petista. Cardoso pontificou que a recuperação do dinamismo econômico do país estaria condicionada à assinatura de acordos de livre comércio com o mundo desenvolvido, bem como ao fim de alinhamentos automáticos com os países bolivarianos (BELÉM LOPES, 2014). A política externa proposta pelo PSDB em 2014, supostamente expurgada de ideologia e de partidarismos descabidos, parecia se restringir, como sugerido por Janina Onuki, a uma dada concepção de política comercial exterior.

Outra candidata de oposição que não se furtou a falar de política externa foi Marina Silva (Partido Socialista Brasileiro/PSB). Seu plano de governo trazia farta referência a temas internacionais, defendendo a maior adequação do Brasil aos grandes regimes internacionais de direitos humanos, não proliferação nuclear, promoção de democracia, mudança climática e livre comércio. Embora fizesse acenos ao ecumenismo da política externa de Lula, o programa não se comprometia com a manutenção de suas linhas mestras. Assim, o objetivo de revisão da ordem mundial saía de cena, dando lugar à ênfase no “poder brando” e na reputação nacional, a ser buscada pela adesão, e não pela contestação às normas e instituições globais vigentes. Infere-se que as reformas do Conselho de Segurança da ONU e do Fundo Monetário Internacional, por exemplo, não seriam temas de alta relevância num eventual governo de Marina. Aparentemente, portanto, a candidatura do PSB advogava uma política externa mais próxima do perfil das potências médias tradicionais (Canadá, Austrália, Holanda, Suécia, Japão, Coreia do Sul etc.), o que não se combina perfeitamente com as necessidades e aspirações de um grande país emergente como o Brasil (BELÉM LOPES E REZENDE, 2014).

Com o acirramento da disputa, porém, as questões da política exterior foram deslocadas do núcleo para a periferia. Das mais de onze horas de debates televisionados entre os presidenciáveis (8 debates, sendo 4 antes do primeiro turno e outros 4 antes do segundo turno da eleição), apenas 10 minutos (ou aproximadamente 1,5% do tempo agregado) foram reservados a tópicos de diplomacia e relações internacionais do Brasil. Houve condenações – quase caricaturais – à passividade da presidente brasileira diante das atrocidades cometidas pelo chamado “Estado Islâmico”. Outros questionamentos algo recorrentes durante o período de campanha, sobretudo na imprensa escrita, envolveram a atuação do BNDES como prestamista internacional e o sucesso econômico dos países da Aliança do Pacífico (México, Colômbia, Peru, Chile), em cotejo com a estagnação do bloco Mercosul e o alegado arcaísmo dos países ditos bolivarianos.

Não obstante a pressão oposicionista, materializada na mobilização crescente de argumentos de política externa, Dilma Rousseff atuou como quem rejeitava, para efeitos eleitorais, a “herança bendita” do lulismo di-

plomático. Em um contexto, como o do segundo semestre de 2014, em que se multiplicavam as evidências das dificuldades vividas pelo país no plano econômico e no qual ganhavam centralidade novas acusações de corrupção por parte de políticos petistas e de seus aliados, a candidata à reeleição parecia estar cada vez mais acuada. É opinião corrente entre os analistas do jogo político-eleitoral brasileiro que, se houvesse poucos dias mais de disputa, o candidato tucano teria saído vencedor. Nessa conjuntura, no último debate televisivo do segundo turno, aquele promovido pela Rede Globo e que deu audiência de jogo de Copa do Mundo, esperava-se que cartas decisivas, se existissem, fossem lançadas à mesa. Se nenhuma ex-namorada foi invocada, a exemplo do que ocorreu naquele célebre segundo turno de 1989, Aécio Neves, muito gravemente, requentou ao vivo, para a nação, a acusação à “diplomacia companheira” do governo Dilma relativa ao financiamento feito pelo BNDES ao governo cubano para a construção do estratégico porto de Mariel. Parece-nos sintomático o fato de a resposta da candidata à reeleição ter se restringido à afirmação de que FHC teria autorizado financiamentos semelhantes e que o governo dela defendia, também daquela maneira, empregos para o povo brasileiro.

O problema não foi o da incorreção da resposta, mas sim o fato de ela evidenciar, sem apelação, a incapacidade de Dilma e de seus estrategistas de campanha de, pelo menos na seara das relações internacionais do Brasil, reverter a maré montante de acusações que pesavam sobre o seu governo e que ameaçavam, de maneira tão evidente nas semanas antecedentes, o objetivo da reeleição. Como brevemente mencionado acima, Dilma preservou ao longo do seu primeiro mandato as diretrizes de política externa enfatizadas por Lula e seu chanceler Celso Amorim, mas o seu desinteresse pela política exterior sempre foi patente, explicado, talvez, por sua própria trajetória política e profissional, pela gravidade da crise econômica internacional e pela crescente fragilização dos indicadores econômicos domésticos, bem como por traços de sua personalidade. Seja como for, acreditamos que uma ênfase, por parte de Dilma, no legado diplomático do governo Lula, que é amplamente reconhecido, no Brasil e no exterior, talvez pudesse ter contribuído para que os momentos finais do segundo turno fossem menos dramáticos.

Se aos analistas da política exterior ainda cabe a tarefa de explicar melhor a conexão pública da política externa no país, inclusive valorizando mais claramente os estudos sobre a opinião pública, no período mais recente os candidatos à presidência não mais parecem acreditar que “o Itamaraty só dá voto no Burundi”. Ou talvez, se ainda parece secundário o investimento feito pelos partidos políticos, pelos candidatos e pelos estrategistas de campanha nas relações internacionais do Brasil, os fatos listados e discutidos acima parecem sugerir que há pelo menos a expectativa que a política externa, conquanto incapaz de dar voto, possa minar a imagem e o prestígio de partidos e candidatos. Sendo imagem e prestígio elementos tão centrais no jogo democrático contemporâneo, o que talvez estejamos testemunhando no Brasil hoje seja a superação definitiva da ideia de irrelevância eleitoral da política externa.

Referências

- ALMEIDA, A. C. **A cabeça do brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- ALMOND, G. Public Opinion and National Security Policy. **The Public Opinion Quarterly**, [S.l.], v. 20, n.2, p.371-8, 1956.
- BELÉM LOPES, D. As relações exteriores de Lula. **O Debatedouro**, v. 9, 2002.
- BELÉM LOPES, D. **Política externa e democracia no Brasil**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.
- BELÉM LOPES, D. Futuro do pretérito. **O Estado de S.Paulo**, 2 de fevereiro de 2014.
- BELÉM LOPES, D. e REZENDE, L. Na diplomacia, Marina combina Collor, FHC e Lula. **Folha de S.Paulo**, 5 de setembro de 2014.
- CASARÕES, G. “O tempo é o senhor da razão”? A política externa do governo Collor, vinte anos depois. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1º de dezembro de 2014.
- CARVALHO, J.M. Nação imaginária: memória, mitos e heróis. In: NOVAES, A. (Org.). **A crise do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, M. A. R. de. Cultura política, capital social e a questão do déficit democrático no Brasil. In: VIANNA, L. W. (Org.). **A democracia e os Três Poderes no Brasil**. Belo Horizonte: Rio de Janeiro, Iuperj; UFMG, 2002a. p. 297-329.
- CERVO, A. e BUENO, C. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília, Editora da UnB, 2002.
- COIMBRA, M. Política externa e opinião pública. **Carta Capital**, 29 de maio de 2010.
- DAHL, R. Can International Organizations be Democratic?. In: SHAPIRO, I.; HACKER-CORDÓN, C. (Eds.). **Democracy's Edges**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- DAHL, R. e TUFTE, E. **Democracy and Size**. Stanford: Stanford University Press, 1973.
- DINIZ, S.; RIBEIRO, C. The Role of the Brazilian Congress in Foreign Policy. **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v.2, n.2, p.10-38, 2008.
- FIORINA, M. P. **Retrospective Voting in American National Elections**. New Haven: London: Yale University Press, 1981.
- GASPARI, E. Serra joga parado, mas quer preferência, **Folha de S.Paulo**, p. A8, 3 de março de 2010.
- JACOBS, L.; PAGE, B. Who Influences U.S. Foreign Policy? **American Political Science Review**, Denton, v.99, n.1, p.107-23, 2005.
- O DEBATEDOURO. **Conversa com Jefferson Peres**, edição 60, 2004. Disponível em: <http://www.odebatedouro.org/conversas/jeffersonperes.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2008.
- PINHEIRO, L. **Política Externa Brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- SOBEL, R. **The Impact of Public Opinion on US Foreign Policy Since Vietnam**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

